



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

JOSÉ AUGUSTO DE LIMA

**DO “CINEMA QUE CAMPINA GRANDE PRECISAVA” AO
PATRIMÔNIO QUE CAMPINA GRANDE NÃO PRESERVOU:
EMBATES NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CINE-
TEATRO CAPITÓLIO**

CAMPINAGRANDE

2020

JOSÉ AUGUSTO DE LIMA

**DO “CINEMA QUE CAMPINA GRANDE PRECISAVA” AO PATRIMÔNIO
QUE CAMPINA GRANDE NÃO PRESERVOU: EMBATES NO PROCESSO DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DO CINE-TEATRO CAPITÓLIO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Me. Glauber Paiva da Silva

CAMPINA GRANDE

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732d Lima, José Augusto de.
Do "cinema que Campina Grande precisava" ao patrimônio que Campina Grande não preservou [manuscrito] : embates no processo de patrimonialização do Cine-teatro Capitólio / José Augusto de Lima. - 2020.
39 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.
"Orientação : Prof. Me. Glauber Paiva da Silva , UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco ."
1. Cinema - Campina Grande. 2. História da Paraíba. 3. Cine-Teatro Capitólio. 4. Patrimônio histórico . 5. Patrimônio cultural. I. Título

21. ed. CDD 981.33

JOSÉ AUGUSTO DE LIMA

**DO “CINEMA QUE CAMPINA GRANDE PRECISAVA” AO PATRIMÔNIO
QUE CAMPINA GRANDE NÃO PRESERVOU: EMBATES NO PROCESSO DE
PATRIMONIALIZAÇÃO DO CINE-TEATRO CAPITÓLIO**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de monografia apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Glauber Paiva da Silva

Prof. Ms. Glauber Paiva da Silva (Orientador)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Flávio Carreiro de Santana

Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana - Avaliador Interno
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Diomedes de Oliveira Neto

Prof. Ms. Diomedes de Oliveira Neto – Avaliador Externo
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos, desde já peço perdão caso esqueça de alguém. Primeiramente, a Deus por tudo.

Ao meu pai, a minha mãe e aos meus irmãos (ãs). Agradeço a minha família. Minha esposa e filhas, oxigênio que me move.

Aos meus amigos e amigas, especialmente da pós-graduação. Com vocês aprendi bastante, e isso eu levarei na minha jornada.

Aos professores da especialização, todos eles. Especialmente ao meu orientador, Glauber Paiva, pela atenção e valorosa contribuição que deu a minha formação.

Agradeço imensamente aos funcionários que trabalham na Biblioteca de Obras Raras Atila Almeida - UEPB. Lembro apenas do nome de um, o Paulo, mas, a todos sou enormemente grato.

Aqui também agradeço, imensamente, a Chico, Suzane e especialmente a Patrícia, pessoa que me atendeu muito bem quando mantive contato por telefone. Ambos são funcionários dos Diários Associados lá na capital do País.

Aos professores Josemir Camilo e Luciano Mendonça, esse último me forneceu fontes importantes para a escrita desse trabalho. Muito obrigado.

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba – NUPEHP. Lá, recebi enormes contribuições para a minha formação como historiador. Em especial, agradeço a coordenadora, Luíra Freire, que com carinho e profissionalismo me recebe como membro do Núcleo. Sou muito grato.

É possível, sim, que eu tenha esquecido alguém. Peço perdão por isso. Mas, desde já, saibam que sou divinamente grato a todos.

DO “CINEMA QUE CAMPINA GRANDE PRECISAVA” AO PATRIMÔNIO QUE CAMPINA GRANDE NÃO PRESERVOU: EMBATES NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CINE-TEATRO CAPITÓLIO

José Augusto de Lima¹

RESUMO

O Cine-Teatro Capitólio é um importante símbolo para a cidade e para a história de Campina Grande. Seu funcionamento perdurou por mais de seis décadas, tendo surgido em um contexto em que a cidade se via em volta de relevante transformação, tanto na sua parte física quanto em seus habitantes. Esse trabalho, síntese histórica, percorreu um caminho que vai do seu surgimento ao pós tombamento, quando passou a ser considerado um patrimônio histórico e cultural. Tendo em vista que ele não teve sua preservação garantida, é importante compreender porque isso não aconteceu. A importância desse artigo consiste em trazer explicações do porque o cinema mesmo após seu tombamento permanece em total abandono, assim procuraremos respostas acerca dos embates protagonizados pelos atores sociais e o processo de patrimonialização que resultou no que vemos atualmente. Foram usadas fontes fotográficas e jornalísticas como A Batalha e o Diário da Borborema, Além de fontes documentais como o despacho/processo nº 001.99011791-1 da 2ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande. Pesquisas como as empreendidas por Antonio Clarindo (2016) e por Márcia Chuva (2008), contribuíram para a feitura desse trabalho.

Palavras-chave: Cine Capitólio. Tombamento. Patrimônio.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba (NUPEHP). E-mail: augustonenena@gmail.com.

ABSTRACT

The Cine-Teatro Capitólio is an important symbol for the city and for the history of Campina Grande. Its operation lasted for more than six decades, having emerged in a context in which the city saw itself around a relevant transformation, both in its physical part and in its inhabitants. This work, a historical synthesis, followed a path that goes from its emergence to the post-tumbling, when it came to be considered a historical and cultural heritage. Given that it was not guaranteed preservation, it is important to understand why this did not happen. The importance of this article is to provide explanations of why the cinema, even after its topography, remains in total abandonment, so we will look for answers about the clashes carried out by the social actors and the process of patrimonialization that resulted in what we see today. Photographic and journalistic sources were used, such as *A Batalha* and *Diário da Borborema*, in addition to documentary sources such as dispatch / case n ° 001.99011791-1 of the 2nd Vara da Fazenda Pública de Campina Grande. Researches such as those undertaken by Antonio Clarindo (2016) and by Márcia Chuva (2008), contributed to this work.

Keywords: Cine Capitólio. Listing. Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – REPORTAGEM DO JORNAL “A BATLHA”.....	15
FIGURA 2 – REPORTAGEM DO JORNAL “EVOLUÇÃO-JORNAL”.....	16
FIGURA 3 – CAPITÓLIO NO FINAL DOS ANOS 1930.....	30
FIGURA 4 – DEFESA CIVIL VISTORIANDO O CAPITÓLIO.....	32
FIGURA 5 – IMAGEM DO PROJETO PARA O CAPITÓLIO.....	35
FIGURA 6 – IMAGEM DO CAPITÓLIO ABANDONADO.....	36
FIGURA 7 – IMAGEM DO CAPITÓLIO ABANDONADO.....	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CAPITÓLIO: VESTÍGIOS DE UMA TRAJETÓRIA.....	12
3	ENTRE CAMELÔS E CONTENDAS: A LUTA PELO TOMBAMENTO DO CINE CAPITÓLIO.....	23
4	VINTE ANOS APÓS O TOMBAMENTO: COMO ESTÁ O CAPITÓLIO?.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	FONTES.....	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1 - INTRODUÇÃO

O Cine-Teatro Capitólio é um componente da área urbana campinense, seu surgimento ocorreu devido aos rumos históricos trilhados por essa urbe. E, conforme passou a fazer parte do cenário dessa cidade, testemunhou e contribuiu para a história da “Rainha da Borborema”. Devido seu variado leque de apresentações, essa casa de espetáculos proporcionou novos significados e sentidos à sociedade local, isso, somado com o seu estilo arquitetônico nos moldes da Art Déco, justificou o reconhecimento como sendo um espaço de valor histórico e cultural e por esse motivo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), cuja função é fazer o resgate e a preservação dos bens históricos, artísticos e culturais do estado da Paraíba.

Com o tombamento espera-se a sua preservação, mas isso ocorreu? Se não, que possíveis explicações temos para isso? O presente trabalho será uma síntese histórica desse cinema e, observando os sinais apresentados nas fontes disponíveis, percorreremos um trajeto que vai desde o seu surgimento até momentos após o seu tombamento, onde buscaremos respostas para as indagações acima e explicações que nos esclareça acerca do embate que envolveu o seu tombamento.

Não é exagero afirmar que entre as diversas ciências que se relacionam com a sociedade, cabe a história o estudo da vida humana, por meio das relações da humanidade através do tempo, nas suas variadas dimensões, estruturas, sejam homens ou mulheres, idosos ou crianças, essa ciência guiada pelas fontes busca trazer para o presente a atuação desses indivíduos, alargando o conhecimento e possibilitando aos contemporâneos o entendimento e a compreensão dos tempos e dos povos de outrora.

Em prefácio para Marc Bloch (2001) o historiador Jacques Le Goff afirma que o objeto da história é o homem, com mais precisão diz ser “os homens no tempo”. Com base nesse raciocínio podemos dizer que os seres humanos fazem história. Agindo, o ser humano fez e faz história, pois tem a capacidade de modificar, transformar seu entorno, sua própria vida e a vida dos outros. É como disse Itapuan Bôttotargino, “o homem, como ser social, é entendimento, criação, processo e produto da sociedade: constrói a história ao mesmo tempo em que por ela é construído” (2003, p. 251).

O historiador é o profissional dessa ciência, da história. É o profissional habilitado que pode navegar pelo passado e trazer as reflexões que podem nos fornecer explicações acerca dos diferentes povos, dos diferentes eventos, das diferentes relações, dos diferentes rumos históricos presentes no vasto “campo de experiência”. Sem querer silenciar os “diletantes”,

mas é esse profissional que está qualificado com a aprendizagem necessária que o permitirá, durante esse metiê, se posicionar e analisar criticamente as fontes, os rastros, os vestígios, os sinais deixados pelos antepassados. E não só com relação às fontes, ao historiador compete também a qualificação de saber como e quando aproveitar as contribuições de outras ciências (interdisciplinaridade) para a produção desse saber, da ciência histórica.

Portanto, reconstruir por meio da historiografia, mostrar explicações, trazer respostas que possibilitem compreender as interações dos indivíduos no desenvolvimento de suas ações, levando em consideração os diferentes espaços e tempos e as variadas formas de organização humana, é tarefa do historiador, o profissional que é dotado de um conjunto de conhecimentos que o permite fazer da história uma ciência.

E o caminho que permite a escrita dessa ciência só é possível a esse profissional se ele estiver municiado de documentação, fontes que mostrem sinais desse tempo pretérito, material que permite com que ele possa caminhar adequadamente de onde está para meses/anos/séculos/milênios atrás e, conseqüentemente, possa escrever as histórias dos homens de outras épocas. Essa ciência sofreu consideráveis transformações ao longo do tempo, de Heródoto e Tucídides até a terceira geração dos “Annales”, passaram-se aproximadamente dois mil e quinhentos anos. E foram transformações profundas. Embora não seja possível demonstrar nas páginas que se seguem as informações acerca das transformações ocorridas nessa ciência, de maneira sintética, será falado ao menos de uma, a que se refere a “Terceira Geração dos Annales”, conhecida também por “Nova História”.

São as transformações e influências vindas com esse movimento, da “Terceira Geração dos Annales”, que influenciaram o trabalho histórico que será exposto nas páginas seguintes. As preocupações dos historiadores que fizeram parte desse movimento causaram uma verdadeira revolução nessa ciência, abalando os olhares e as prisões deterministas que até então teorizavam o agir dos historiadores, a atuação desses profissionais que caminhavam pelo passado tendo como fontes apenas as oficiais, traziam a história para o seu olhar, espremiam-na dentro de suas teorias, impedindo-lhes de avistar as várias experiências, as várias histórias que nesse passado existiam, ou melhor, existe.

Pode-se dizer que, com as transformações advindas com a “Terceira Geração dos Annales”, a caminhada que o cientista da história faz pelo passado se tornou mais leve. O alargamento proporcionado acerca do que se considera como fonte histórica, permite com que esse profissional perceba a pluralidade das experiências históricas. Ou seja, essas transformações possibilitaram a incorporação de outras temáticas nesse campo de conhecimento, inúmeros aspectos da vida humana passaram a ser considerados a partir de

então. Saiu do porão ao sótão, como disse Peter Burke (2010). Como observou o historiador Severino Cabral Filho, “foi na chamada ‘Terceira Geração dos Annales’ que a diversificação dos materiais e a sua transformação em documentação para o trabalho dos pesquisadores sociais atingiu o seu clímax” (2009, p. 19-20).

Também a respeito desta guinada, o historiador Josinaldo Gomes da Silva (2013) observou que com os “Annales”:

[...] abriu-se um leque de oportunidades para o historiador, visto que foi possível incorporar categorias documentais ao status de fontes que até não eram aceitas. Entretanto, com o advento da chamada “nova História Cultural”, o conceito de fonte historiográfica foi ainda mais diversificado: dessa forma, qualquer vestígio ou indício que restou do passado pode servir como fonte ao historiador, dependendo da pergunta que este se faça e do aporte teórico-metodológico que oriente seu trabalho. (SILVA, 2013, p. 196).

Em sua obra intitulada “O Desafio Historiográfico” (2010), José Carlos Reis faz o seguinte alerta: “O historiador não pode ser crédulo, pois lida com homens, cujas paixões e inteligência os tornam sempre estratégicos, manipuladores, disfarçados, atores.” (2010, p. 48). Ele diz isso chamando a atenção e a reflexão cuidadosa que o profissional deve ter diante das fontes, objetivamente refletiu que “a confiança no documento não deve ser fundada na declaração de intenção do próprio documento, mas construída pela dúvida metódica do historiador”. (2010, p. 49).

Norteados por reflexões como essa de José Carlos Reis, esse trabalho refletirá sobre um dos cinemas da cidade de Campina Grande, o “Cine-Teatro Capitólio”, fazendo uso de referências bibliográficas que o tenham citado, como por exemplo, as pesquisas empreendidas por Antônio Clarindo (2016) “A Cinematografização do Cotidiano em Campina Grande (1945-1965)”, além das de Emanuel Barbosa Roma (2011) “Cinema Ainda é a Maior e a Mais Barata Diversão: uma leitura geossimbólica dos cinemas de Campina Grande”, Patrícia Daniely Marques Cavalcante (2014) “Práticas Urbanas dos Trabalhadores de Rua do Capitólio (Campina Grande-PB): uma análise dos contrausos como direito à cidade, como também recorreremos a diversas fontes. Fontes jornalísticas faladas e escritas; fontes fotográficas que mostram o referido cinema em diferentes momentos de sua existência; fontes documentais de instituições como o IPHAEP, câmara de vereadores, etc.

Por exemplo, em uma entrevista para um jornal da cidade, Daniel Dantas, um dos frequentadores deste antigo cinema, além de informar que tinha guardado alguns bancos e

panfletos que continham a programação dessa casa de espetáculos, nos fez refletir o quanto pode ser importante e como pode contribuir para esse trabalho científico registros como esse.

A fonte jornalística escrita pesquisada encontra-se na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba. O jornal Diário da Borborema e os “Jornais Avulsos”, que circularam na cidade, trazem informações que contribuem para a escrita da história desse cinema. Há entre os avulsos exemplares que datam da década de sua fundação, já o “Diário da Borborema” estão lá com praticamente todos os seus exemplares. Ou seja, foram 55 anos em circulação nessa cidade, estando atuante durante um bom período em que funcionou o Capitólio, e, por várias vezes, estampou em algumas de suas páginas informações de considerável relevância para esse trabalho. Anúncios de suas atrações, mudanças em sua estrutura, entre outros dados que são vestígios que solidificarão essa síntese histórica.

Embora os “Annales” tenham proporcionado o alargamento e a diversificação das fontes, já houve um tempo em que o jornalismo impresso, como fonte, não cativava o interesse daqueles que escreviam a história. Esses especialistas não enxergavam nos jornais a objetividade que se imaginava existir nos documentos oficiais (LUCA, 2006). Essa mesma autora mostra que, com o passar do tempo, passou-se a observar que ela poderia contribuir para o trabalho de algumas áreas do saber. Já para o uso dos testemunhos jornalísticos não escritos, os visuais, os cuidados parecem ser diferentes. O chamado telejornal, embora seja um símbolo de grande impacto social, é um campo da memória que é pouco explorado. Marcos Napolitano (2006) ressalva que há uma operação que se articula no telejornal, e que envolve três movimentos: o registro do dado; a caracterização do fato; e a narrativa do evento. O primeiro diz respeito às informações básicas; no segundo, usa-se essas informações básicas dentro de uma “rede de efeitos imediatos”; e na terceira, é a parte que envolve implicações sociais e ideológicas de um acontecimento histórico transmitido pelo telejornal. Diante desse emaranhado processo, diz o autor, “cabe ao historiador que analisar tal documento realizar o movimento inverso dessas operações, desconstruindo os fatos descritos ou os eventos narrados pelo documento televisual”. (2006, p. 249-250).

Na apresentação de alguns exemplos de documentos, Carlos Bacellar (2006) nos ilumina a respeito do trato que o historiador deve ter e as possibilidades que essa fonte pode permitir à produção historiográfica. Do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário são alguns exemplos de instituições que produzem documentos e que podem ser pesquisados por historiadores. Dessas instituições, à disposição para esse trabalho estão: cópia de documento onde o Ministério Público se manifesta sobre o Capitólio; cópia de documento produzido na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande; cópia de documento

advindo do poder executivo estadual. Fontes que se somam as demais, contribuindo para a escrita desse trabalho

Sobre a fotografia, Boris Kossoy (2014) nos lembra que se trata de um produto resultante da ação humana. Portanto, essa observação já nos aguça a reflexão no sentido de perceber que, por ser produto do homem, ela estará arraigada das influências e do peso subjetivo que esse carrega. Ancorado nos estudos de Boris Kossoy (2014), o historiador Severino Cabral Filho (2009) ecoa o alerta a respeito dessa fonte, nos alertando que seu conteúdo não deve ser tomado como “expressão fiel da verdade”. Se precaver e buscar captar suas omissões e significados seria um bom conselho a ser seguido. Embora a fotografia contenha alguns perigos, com o olhar qualificado, o cientista será capaz de, observando os sinais, escrever, dar forma e estrutura ao trabalho. Tendo, a partir dos anos 1990, cativado o interesse dos cientistas (LIMA; CARVALHO, 2015, p. 41), essa fonte também serviu para escrever parte da história do Cine-Teatro Capitólio.

Acerca das questões patrimoniais, o Brasil também se preocupou pela proteção dos seus elementos históricos. Em vários estados, órgãos foram criados a fim de proteger esses bens. Na Paraíba o IPHAEP é responsável pelo zelo e proteção dos monumentos e sua criação se deu pelo Decreto-Lei 5.225, de 31 de março de 1971. A partir daí, coube a esse órgão a classificação, tombamento e proteção de todos os elementos/bens que tivesse significado histórico, cultural e arquitetônico nesse estado.

Entende-se como Patrimônio Cultural e Histórico um determinado bem ou conjunto de bens que seja reconhecidamente de valor para um grupo de pessoas; trata-se de um bem ou bens que possam traduzir parte da história e cultura de um povo. De acordo com Márcia Chuva, “a noção de Patrimônio [...] está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua formação enquanto tal” (2008, p. 31).

Observando as condições atuais desse cinema, situação em que demonstra que ele não foi preservado, esse trabalho científico, além de contribuir para a escrita da história local, busca trazer respostas que expliquem e ilumine porque isso não ocorreu, além de demonstrar como se deu o embate acerca do seu tombamento.

2 - CAPITÓLIO: VESTÍGIOS DE UMA TRAJETÓRIA

Vi Campina Grande crescer aos pulos. Com espantos e entusiasmo, a fala de um filho campinense revela bem o processo de desenvolvimento vivido por essa cidade. O crescimento de Campina, seja econômico, comercial, industrial, demográfico e urbano, foi

de grandes proporções, visto que poucas cidades brasileiras no período, entre as décadas de 20 e 40, teriam alcançado o índice de desenvolvimento aqui ocorrido. (CAVALCANTE. 2000, p. 68).

Essa citação nos dá uma noção da Campina Grande nesse início do século XX. Durante esse período, realmente, pôde-se constatar um grande solavanco no desenvolvimento da “Rainha da Borborema”, a análise da historiadora Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (2000), exposta na citação acima nos norteia para esse entendimento. Por volta desse período, outras cidades brasileiras vinham passando por diversas mudanças. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outras, são exemplos de cidades que já estavam, de certa forma, bem adiantadas, mas, serviram de espelhos para as demais. Logicamente, tais mudanças e transformações se deram em ritmos diferentes. Mas, para que se possa ter uma noção das proporções em que esse evento se deu na “Rainha da Borborema”, vejamos o que diz Aranha, citado por Silêde Cavalcanti (2000):

O crescimento de Campina Grande foi desmensurado, pois de 1907 a 1947 cresceu 1.710%, passando de 731 a 13.259 número de edificações [...] já o índice de incremento populacional foi de 344% contra 212% da capital da República, Rio de Janeiro, e de 177% da capital da Paraíba (ARANHA apud CAVALCANTI, 2000, p. 68).

É importante observar que a comparação desse crescimento campinense é feita com a cidade do Rio de Janeiro e com a própria capital paraibana. E com relação a essa segunda, a cidade de Campina Grande chegou a ultrapassá-la, em termos de crescimento urbano e demográfico. Outra área que é interessante colocar é que, nessa primeira metade do século XX, mais precisamente de 1940 a 1944, a “Capital do Trabalho” superou a arrecadação de impostos e rendas públicas, sendo em 1944 o dobro da renda municipal comparada com a de João Pessoa. (CAVALCANTE. 2000, p. 68).

Esse patamar alcançado pela urbe, nesse período, se deve principalmente ao comércio relacionado ao algodão. Foram instalados na cidade empresas de beneficiamento e de compra desse produto, e isso proporcionou o destaque e desenvolvimento dessa cidade entre as demais da região. Grandes fortunas circulavam na cidade, e nela também foram feitos investimentos. Ou seja, o comércio algodoeiro também trouxe para esta cidade signos de modernidade que por outras cidades também já haviam chegado. Cada vez mais elementos modernos se espalhavam por toda a “Rainha da Borborema”. O espaço urbano sofre nesse período de bonança financeira, na verdade, por consequência dele, relevantes modificações.

Com relação a uma parte desse período, a historiadora Léa Amorim (2000), através dos seus estudos, observou que:

[...] o imaginário campinense mudou algumas vezes; mas, nas décadas de 1930, 1940, foi totalmente alterado pelos recortes da modernização, quando o pensamento urbanístico local foi fortemente marcado pela filosofia positivista que associava o progresso à noção de beleza, higiene, salubridade no tempo linear que corria como o vento para chegar ao futuro. (AMORIM, 2000, p. 141).

Impulsionada por essa mentalidade, por seu vigoroso comércio que fez circular bastante dinheiro pelo espaço urbano campinense, desde o início do século XX, período em que Getúlio Vargas estava no poder, alguns centros urbanos passaram por transformações visando o embelezamento da cidade, sendo um dos estilos mais populares nesse período o da Art Déco. Assim, Campina Grande foi acometida de consideráveis mudanças para implantação dessa arquitetura feita, sobretudo, no período em que Vergneaud Wanderlei esteve à frente da prefeitura. Um contexto endinheirado atraiu signos que estivessem a “sua altura”, e um estilo que estivesse na moda e, com espaços de lazer dignos para sociedade campinense do momento, que oferecesse condições de entretenimento e conforto adequado aos que por essas imediações habitavam. E foi justamente nesse período do início dos anos 1930, que foi inaugurado o objeto desse estudo, o Cine-Teatro Capitólio. Ele não foi o primeiro cinema da cidade, o Cine Brasil, o Cine-Teatro Apolo, o Cine Fox já haviam chegado à cidade, mas o Capitólio passou a ser destaque sendo muito freqüentado pelo público local.

Dentre os diversos signos de modernidade que chegaram na cidade, pode-se dizer que o cinema é um dos mais populares, e o Capitólio é um componente desse leque de moderno que atravessou parte da história dessa urbe, entreteve e encantou parte desse povo que aqui habitava. A “Cia. Exibidora de Filmes S. A.” era o nome da empresa responsável por essa casa de espetáculos nos idos de sua inauguração. Um jornal que circulava por esses anos na cidade, antes do momento de sua inauguração, o anunciava com as seguintes palavras:

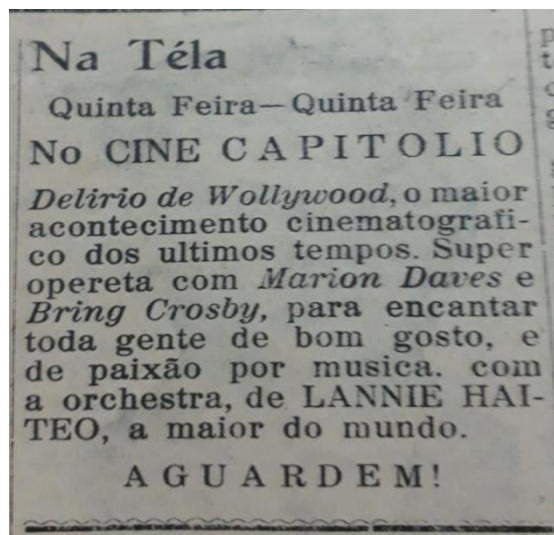
CINE CAPITÓLIO – O cinema que Campina precisava! Inauguração na 1^o quinzena de novembro com o magistral film revista: CAVADORAS DE OURO. A mais bela das revistas do cinema moderno! Canções que ‘você’ sairá cantando! Belíssimos bailados! Enredo empolgante! Um superfilm da WARNER FIRRT. TODOS AO CAPITÓLIO².

²Reportagem do Jornal *A Batalha* de 24/10/1934.

Por essa “manchete” do jornal, pode-se captar algumas informações. Além de fazer um convite ao público para comparecer a esse momento, é possível saber que o imóvel foi inaugurado no mês de novembro e qual foi o primeiro filme lá apresentado. Mas, outra parte que merece ser observada é no tocante ao fragmento que diz ser essa casa de espetáculos “o cinema que Campina precisava”. Talvez, o referido jornal, por receber algum trocado, queira cativar e incentivar os seus leitores a frequentar esse cinema. Afinal de contas, tratava-se de um cinema estruturado com bom aconchego, conforto, higiene e qualidade, características que, na percepção do povo, era tido como o mais moderno do estado, com capacidade para acolher cerca de 800 telespectadores. Então, se é grande, confortável, se é o mais moderno do estado, é o cinema que encantará a borbulhante sociedade do momento, momento esse em que a cidade estava vivenciando um forte e crescente comércio que a impulsionava ao desenvolvimento.

Esse mesmo jornal, durante alguns dias, anunciou a programação que fazia parte do referido cinema, sempre nesse tom, usando uma linguagem que denotava grandiosidade: “um superfilm”, “o magistral film”, etc., coisa que também pode ser observada nesse outro anúncio feito pelo mesmo jornal de uma programação futura:

FIGURA 01



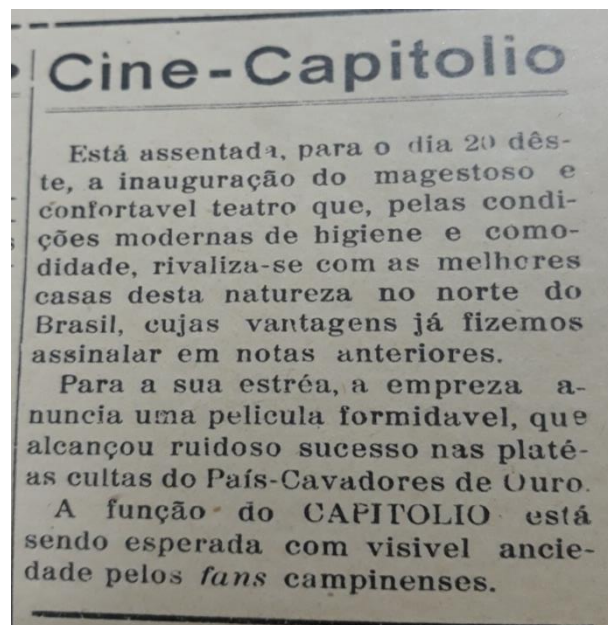
Fonte: A BATALHA (13/02/1935)

Observe o tom do enunciado, tratando-o como o “maior acontecimento”, de uma “super opereta”, com a “maior orchestra do mundo”, tudo isso apenas para quem tem bom gosto. Atrações com essas características só pode ser possível assistir em local com o mesmo nível, não é mesmo? Ou seja, “No Cine Capitólio”, espaço moderno em que o telespectador possa assistir ao espetáculo.

Outro jornal que em alguns momentos anunciou a programação do Capitólio foi o “Evolução – Jornal”, este, por sua vez, em uma reportagem de um dia de domingo, 19 de agosto de 1934 que falou sobre o cinema que chegaria. Dando detalhes de suas características, não economizou adjetivos. O enunciado já busca impactar ou chamar a atenção do leitor com seu título que diz que “O Cine-Capitólio é uma obra de vulto”. Logo em seguida, de maneira objetiva, afirma que “Campina Grande irá, afinal, possuir uma casa elegante, no nível da sua incontestante pujança social”, ou seja, por esse pequeno trecho o jornal mostra para o público uma imagem do cinema com aspectos de grandiosidade e de modernidade.

Esses aspectos continuam a aparecer no corpo do enunciado, já que, em outras linhas o jornal fala em “excelência do escoamento do público”, em espaço para que o ar circule com facilidade pelo ambiente, em acentos que oferecem comodidade ao espectador, arejamento eficiente, e muito mais que, segundo a reportagem “obedece a um plano moderníssimo nas atuais construções”. Em outra matéria, anunciando o cinema e a data de sua inauguração, o mesmo jornal mostrou-o da seguinte maneira:

FIGURA 02



Fonte: EVOLUÇÃO – JORNAL(17/11/1934)

Pode-se perceber também por esse anúncio o tom de grandeza devotada ao cinema que terá sua inauguração no dia 20 de novembro daquele ano. A maneira como o jornal expõe a casa de espetáculos é na condição de “majestoso”, fazendo questão de falar que se trata de um espaço que se enquadra nos moldes dos elementos modernos, ou seja, quando diz que ele tem “condições modernas de higiene” é no rol desses signos de modernidade que essa casa de espetáculos está sendo colocada. Outro detalhe não menos importante, ou seja, não se trata de

ser apenas mais um espaço de entretenimento, trata-se de um cinema que rivaliza-se com os melhores espaços dessa categoria de lazer, cuja atração lá exposta será “formidável” de grande sucesso pelo país, entre quem? Entre a platéia mais culta. É uma chamada que deve ter cativado e impressionado os leitores da época.

No dia 30 de outubro de 1934, outro jornal fez um anúncio em suas páginas da moderna casa de espetáculos que estava prestes a abrir as portas na cidade de Campina Grande. O “A. E. C. JORNAL”, de maneira bem visível, escreveu sobre o grandioso signo de modernidade que comporia o espaço urbano da urbe. O anúncio começava trazendo o nome da empresa que é responsável pela administração da casa na época, logo em seguida e bem no centro, exposto em letras grandes e em negrito está o nome do cinema.

Em outros trechos fica perceptível o tom dado ao Capitólio e o quanto o advento da modernidade ecoava como moda no período. Foi informado para o público que tal casa será a preferida do povo campinense “porque é amplo e confortável”, “porque tem ventilação natural”, “porque sua aparelhagem sonora é a mais moderna” e “porque o seu mobiliário é cômodo e confortável”. Todo esse conjunto de características do referido cinema se enquadrava dentro do espírito tão desejado e falado do momento.

Não bastasse o rol de características modernas para dar o tom grandioso do cinema, a reportagem diz que o Capitólio trabalhará “com films de super cotação nos melhores cinemas do Rio de Janeiro”, ou seja, cidades como a capital do país serviam como espelho, modelo a ser seguido e é importante dizer que o filme que passa lá, passa no Capitólio. A sociedade se sentirá atraída a lá comparecer, e o cinema tem que está à altura para poder recebê-la.

Outros jornais que também estiveram em circulação por essa cidade, vez por outra, abordavam o Cine-Teatro Capitólio em suas páginas. Algumas vezes para anunciar a programação, outras vezes não, como no caso a seguir. O jornal “O Comércio” foi um dos que anunciou a programação daquela casa. Foi esse periódico que no dia 27 de novembro de 1935 noticiou a comemoração do primeiro aniversário do cinema. Informou o periódico, que os donos da “majestosa” casa distribuíram brindes para o público, e, para a apuração dos brindes, foram distribuídos convites, centenas de convites.

Afirma a reportagem que a casa ficou “literalmente cheia”. E citou alguns dos “cavalheiros” que compuseram a mesa apuradora nesse dia. O Dr. José de Farias, Juiz de direito, foi o presidente; Professor Barreto, lá esteve e foi a pessoa que representou o prefeito da cidade; Luiz Gil e Pedro Aragão, dois jornalistas que representaram “O Rebote”; Lino Gomes Filho, diretor de “O Comércio”. A reportagem fala em dois ganhadores e os prêmios que cada um ganhou, um dos sortudos não estava presente, esse ganhou um “estojo de ‘Gillete’

foleado a ouro”. E o outro prêmio, “um lindo relógio-pulseira”, foi sorteado para a “senhorinha Iraci Correia, da alta sociedade campinense”. Finda-se essa reportagem colocando a imagem do Capitólio como um “esplêndido centro de reunião” e que é o “ponto mais elegante da cidade”.

Mas, além de filmes, o Capitólio também servia de espaço para outros eventos. O jornal “Voz da Borborema” nos mostra isso. Numa reportagem do dia 31 de julho de 1937, observamos o elogio a um grupo de artistas que se apresentou no “majestoso” cinema. Trata-se do grupo teatral conhecido por “Guanabara Troupe”, cujo elenco tem como membros Leoni Siqueira, “um ótimo” comediante; Annita Othelo, “uma morena tentadora, impecável interprete” desse grupo; Andrade Junior, Bébé Gonçalves, Gioconda Othelo. Juntos, formam um “apreciável” conjunto que pelos palcos do moderno cinema passará. É como se, ao elogiar o grupo artístico, paralelamente, se elogiasse o local onde ele se apresentará: uma atração digna de elogios só se apresenta no local à altura dos artistas. Esse mesmo jornal, “Voz da Borborema”, nos mostra vestígios de outro evento lá ocorrido. No dia 20 de outubro de 1937, o jornal noticiou que lá iria ocorrer a coroação da “Rainha dos Estudantes Campinenses”, nas palavras do jornal trata-se de um “dos mais interessantes movimentos sociais já realizados entre nós”, cuja escolhida teria sido a “senhorita Gilda Pimentel” que era de “estirpe altamente nobre” e “filha da Rainha da Borborema, a cidade leader do Nordeste”. A moça, conforme está relatado pela reportagem, era aluna do curso normal do colégio da Imaculada Conceição.

A programação da coroação ocorreria no dia 24 do mesmo mês da reportagem, e contaria com a participação de alunos de outros estados, do prefeito da cidade, Vergniaud Wanderley a quem coube fazer a coroação da “Rainha”. Ao que parece, a estudante é componente da elite da cidade, e o local escolhido para tal festividade, não poderia ter sido diferente, digo, trata-se de um lugar que encanta, familiarizado com os anseios e o espírito da dessa época, um local que, de certa forma, também demonstrasse o status de quem o frequentasse como também do próprio local utilizado. Em outra reportagem, um dia anterior ao dia das festividades da “Coroação”, num sábado, 23 de outubro de 1937, é mostrado como se deu as comemorações. Se de maneira explícita, através das informações dessa notícia não se observar o significado simbólico que representa o Capitólio, de maneira implícita, a simbologia desse cinema se revela. Diz o jornal, que a programação se estendeu por todo o dia, foi criado uma comissão com o propósito de proporcionar “franco brilhantismo” ao evento que terá a participação de estudantes de outros estados e do ilustre prefeito. É um evento de considerável proporção e a coroação sendo no “mais moderno cinema do estado”,

tem seu significado. São informações esclarecedoras, ao menos nesse início de seu funcionamento, são imagens/indícios que nos diz muito sobre uma parte do que ocorria ali, pelos prêmios que se dava, por festas como essa mostrada acima, pelos objetos que, às vezes, lá eram perdido.

Por exemplo, no dia primeiro de janeiro de 1938, o jornal “VITRINE” noticiou a perda de um objeto que havia ocorrido naquela casa por um de seus frequentadores. Com o título “Perdido no Capitólio”, o enunciado diz que, quem por ventura tiver encontrado um “relógio pulseira de ouro” ali perdido, e caso queira devolver, é para “entregar na firma M. Barros & Cia”, a recompensa seria generosa, segundo o jornal. Pelo bem perdido, pelo local de entrega, pela existência da recompensa, é possível considerar tratar-se de uma pessoa abastada, características de alguns dos frequentadores desse lugar.

“Barreto Junior”, com esse título o “Jornal de Campina”, no dia 31 de agosto de 1952, anuncia a programação, ou uma das programações daquela casa. Trata-se de uma “Companhia de Comédias” que havia se apresentado por todo o Brasil, de acordo com o jornal, essa atração havia percorrido do “Rio Grande do Sul ao Amazonas”, e que agora faria três dias de apresentações, onde o público da cidade assistiria à peça de estréia “Ela Matou o Meu Marido”, no dia 8 de setembro daquele ano, no Capitólio.

Filmes, eventos de estudantes, peças teatrais e eventos políticos, tudo isso parece compor as imagens do Capitólio, vestígios possíveis de perceber através de alguns jornais. Quanto ao evento político, em entrevista para Ronaldo Dinoá, no livro “Memórias de Campina Grande (1993), um ex-funcionário, o porteiro José Henrique Pereira (Zé Porteiro), responde que “lá pelo Capitólio, passaram grandes políticos do passado. Agora, o mais importante foi Carlos Lacerda, que na época era um político muito discutido; ele encheu o cinema, devido ao grande cartaz que desfrutava na época”. (DINIOÁ, 1993, p. 527).

O jornal “EVOLUÇÃO” estampou alguns detalhes em suas páginas. Em reportagem veiculada no dia 5 de abril de 1959, e ao que parece ser a mesma data do evento, o mencionado jornal noticiou detalhes do que chamou de “Convenção”. Nessa convenção ocorreria a homologação das candidaturas de Severino Cabral e Lucio Rabelo. O enunciado iniciou dizendo “Hoje, às 20:00 horas, no Cine-Teatro Capitólio, Campina Grande vai escrever uma página memorável da sua história”.

Não é possível dizer de maneira objetiva, a partir de que período o Cine-Teatro Capitólio tenha começado a demonstrar sinais de desgaste, sinais com que fizesse o público mudar o olhar sobre ele. Ao menos de acordo com as fontes analisadas. No entanto, foi possível perceber, através de fonte jornalística, sinais referentes a reclamações que envolvia a

casa de espetáculos. Refiro-me à reportagem do jornal “O Globo”, veiculada no dia 4 de agosto de 1952. Pelo título da reportagem, é possível perceber que uma das características que englobavam o que se entendia como moderno, no ano da reportagem parece já dar sinais de declínio na famosa casa. Em letras garrafais e bem destacadas, o jornal traz a “manchete” “FILME E FEDENTINA”. Em tom de reclamação e/ou denúncia, J. G. Nobrega (ao que tudo indica parece ser o jornalista autor da matéria), diz que estiveram pela cidade “algumas pessoas de destaque de um dos estados vizinhos”, e que essas pessoas foram ao Capitólio e não conseguiram assistir ao filme por causa da situação do banheiro. Banheiro que, de acordo com o jornal, “há mais de seis meses” estava exalando um forte odor. Para ser mais preciso, de acordo com o anunciado, o referido sanitário estava exalando “uma fedentina que não tem cristão que aguento”.

Por causa desse problema, o jornal faz um apelo ao gerente do estabelecimento e pede que ele busque solucionar esse “mal” que prejudica as pessoas que ali frequentam e mancha o “bom nome” que tem o cinema. Termina com uma ameaça, prometendo chamar o “diretor da Saúde Pública” caso o problema não seja resolvido pelos responsáveis do local. Ao menos três detalhes dessa reportagem são passíveis de reflexão. As duas primeiras são “pessoas de destaque” e “bom nome do cinema”, ou seja, a casa ainda tinha qualidade que cativava as pessoas a lá comparecer; e o outro detalhe remete a “fedentina”, pois se fede é porque não há higiene, é um elemento moderno fragilizado, que por consequência, logicamente, atinge a imagem do cinema. Esse sinal de fraqueza, ou seja, aqueles elementos de modernidade que fizeram com que o Capitólio ganhasse o lugar de mais moderno da região parecem apresentar outra tonalidade. Houve mudança na sua imagem. O problema da “fedentina”, relatado na reportagem de 1952, aparenta não estar só.

Agora em reportagem de 19 de março do ano de 1961, o jornal “Gazeta Campinense” entrevistou uma pessoa que trabalhou naquele estabelecimento, José Henriques de Melo que, de acordo com o que é informado, tinha a função de porteiro daquele cinema. A reportagem tem um tom com características saudosistas, coisa que já é possível perceber logo no título que diz “Grito para ninguém ouvir...” e logo em seguida já mostra de quem vai falar quando diz “Aquele capitólio...”. Passados aproximadamente vinte e quatro anos, a imagem que se mostra parece não ser mais a mesma. Marcos Clemente parece ser o autor da reportagem, cujo conteúdo faz menção ao cinema e ao público. Com base no depoimento do (ex) porteiro, ele relembra, com saudades, momentos da infância e como porteiro do trabalho no local, afirmando que “Campina Grande não tem cinema como merece e como deveria ter. Ou mais simplesmente: não tem cinema bom”. Assim está posto pelo jornal. E continua dizendo “que o

capitólio seja como é, no centro de Campina Grande, é de amargar!”. Conforme a reportagem relata as palavras do entrevistado, cada vez mais outro retrato do cinema se mostra, e diz que não se tem nenhum acanhamento, por parte dos responsáveis por essa situação em que ele se encontra, principalmente quando exibem algum musical, pois “É de se exclamar melancolicamente: sim, o cinema é ruim mesmo, mas o aparelho de som é pior”.

Com relação ao público, a reportagem segue no mesmo tom e, objetivamente, afirma que “aí é onde está o drama”. Pois “o público campinense masculino (juvenil?) no capitólio é de morte. Ali se fuma de maneira ostensiva e irritante. Gritos tarados. Grito a pretexto de tudo: qualquer piada ambígua, pernas femininas, beijo”. O relato especifica que tal comportamento parte dos frequentadores masculinos, mas mesmo assim o que se pode considerar de relatos como esse é que essa casa mostra, a essa altura, ser um local que não se enquadrava mais como um lugar, digamos, respeitoso para uma parte do público, sobretudo a feminina, pois tornou-se um ambiente hostil para as mulheres que pretendessem ali se divertirem.

O reflexo disso, conforme o testemunho dado pelo entrevistado, está exposto numa medida “vergonhosa”, que é o fato de haver sessões exclusivamente para senhoras e moças. Coisa que ele indaga: “Porque não fazem o mesmo em cinemas levemente melhores?”. Essa parte do testemunho nos mostra sinais muito relevantes tanto do público quanto da casa de espetáculos nessa época, situação que nos leva a hipótese de que tal “signo moderno” não é mais como o do evocado no título, “Aquele Capitólio”. Isso é reforçado quando o comparam a outros cinemas, colocando-o numa situação de inferioridade, tanto físico quanto de “qualidade” de público. Senão, vejamos o que diz a parte final da reportagem em que afirma: “MELHORAR O CAPITÓLIO: pintura, ambiente interno, aparelho de som, mobiliária, enfim, uma reforma geral”. Tais características, nos idos de sua inauguração, foram justamente o que colocou o cinema em um patamar de destaque, e agora são características que, nesse ano de 1961, já não dão ao cinema o mesmo tom imponente. Mas, mesmo com esses problemas, algumas pessoas ainda marcam presença e não reclamam de tais condições.

Chegando nos anos 1970, o “Jornal do Cinema” anunciava a programação que lá estaria em cartaz. Embora se trate de um jornal que apresentava apenas a programação da casa, mesmo assim, pelos gêneros dos filmes, é possível tecer considerações sobre o cinema. Por exemplo, os filmes impróprios para menores de idade. Alguns eram proibidos para menores de 18 anos por terem no seu conteúdo violência, mas, outros eram proibidos por serem de conteúdo sexual, coisa que fica claro no jornal, onde era colocado ao lado ou abaixo do nome da película os dizeres “censura 18 anos”, “sexo”, às vezes, “erótico”. Nesse momento, esses filmes passavam numa sessão que começava as 23 horas, chamada “Sessão Bacurau”.

Em um jornal da década de 1980, que também anunciava a programação do Capitólio, é possível perceber que as películas com conteúdo pornográfico não passavam apenas à noite como na “Sessão Bacurau”. Tal conteúdo agora tem nos horários das 15:30, 19 e 21 horas. Películas do tipo “A Tara do Touro”, “Meu Marido, Meu Cavalo”, “As meninas da B... Doce”, “Quatro Noivas Pra Sete Orgasmos”, “A Famosa Língua de Ouro”, “O Sítio do Conforto e Sexo” são filmes que estiveram em cartaz naquela casa e são de conteúdo “pornô”. Esses filmes foram anunciados pelo jornal “SABADO – o jornal que faltava” (19/05, 22/05 e 26/09/1987). Detalhes como esses, podem nos informar que, talvez, essa espécie de conteúdo seja o que estivesse atraindo público e dando algum tipo de lucro aos donos desse estabelecimento, mas, por outro lado, nos revela, ou melhor, reforça os sinais de sua decadência, às proximidades de fechar as portas.

Outro detalhe que pode ter contribuído para o enfraquecimento do Capitólio foi a inauguração em 30 de novembro de 1963, às 10 horas da manhã, do Teatro Municipal Severino Cabral (MONTENEGRO, 2017, p. 123), cujo acontecimento contribuiu para que o Capitólio deixasse de ser cineteatro e passasse a ser apenas cinema. Situação que fica pior com a expansão das vídeo locadoras. Assim, após seu declínio o Cine-Teatro Capitólio fecha suas portas definitivamente no dia 9 de abril de 1999 (SOUZA; SOUSA, 2016).

Mas, mesmo estando sem funcionar, algumas pessoas argumentaram que este cinema foi e é importante para os campinenses. Seu papel simbólico na sociedade da época influenciava desde os gostos ao comportamento das pessoas. Atitudes e valores das pessoas que frequentavam aquele ambiente foram determinantes por sua influência simbólica, pois quem ali esteve seduzia-se pela identificação com o moderno veiculado pelo capitólio. Essa representatividade na vida das pessoas era notada com a exibição de vários atores hollywoodianos. Esses artistas, junto com outros elementos dos filmes, eram tidos como modelos a serem copiados. A respeito disso, observou o historiador Antônio Clarindo que “os filmes ou ‘fitas’ que eram exibidas no Capitólio marcaram para sempre as memórias, fantasias e sonhos de alguns de seus frequentadores”. Conforme salientou esse historiador “o cinema ajudava a constituir o ‘gosto’ dos espectadores” (2016, p. 10). Ou seja:

O aperfeiçoamento da imagem dos artistas fixava padrões de beleza que primavam pelos traços perfeitos, suaves e sensuais. Assim, as moças e rapazes da Campina Grande, dos anos 40,50 e 60, ostentavam, sempre que possível, os produtos propagandeados por seus astros e estrelas preferidos. A atriz se produzia e produzia o espectador, convidando-o a participar de uma beleza que estaria ao alcance de todos (SOUZA, 2016, p. 14).

E não apenas nesse quesito da beleza, essa influência era mais abrangente, pois:

Os cenários dos filmes e das casas dos artistas de Hollywood influenciavam a vida cotidiana do mais simples ao mais abastado espectador. Os arranjos da cozinha, da sala de estar, dos quartos infantis e mesmo da garagem, quando havia, passavam a ser inspirados no que o Cinema mostrava como sendo o ideal. Claro que estes protótipos ou modelos não atingiam da mesma forma todas as classes sociais, mas alguns espectadores mais abastados e sintonizados com o mundo do Cinema e das publicações passaram a decorar suas casas tomando como ponto de partida as indicações visualizadas nas telas e nas revistas (SOUZA, 2016, p. 17).

Por análises como essas acima, é possível perceber a influência que o referido cinema causou perante o público. É justamente como havia analisado, Marc Ferro que “desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrina e glorificam. (1992, p.13).

As citações acima são de considerável relevância, elas coadunam, reforçam, são coerentes com os argumentos das instituições e dos indivíduos que atuaram em prol do reconhecimento do antigo cinema Capitólio, argumentavam e afirmavam ser ele um bem de valor, sentimental e cultural, para o povo e a história de Campina Grande.

3 - ENTRE CAMELÔS E CONTENDAS: A LUTA PELO TOMBAMENTO DO CINE CAPITÓLIO

No final da década de 90, devido à sanha imobiliária que se apossou da cidade, nossa luta pela preservação do patrimônio histórico e arquitetônico de Campina Grande foi reativada concretamente, tomando direção, agora já não isolada mas em forma coletiva, junto a uma equipe de professores da UFPB/UFCG, em 1999, com projetos de extensão, e assessoria à curadoria do Patrimônio local, em parceria com o IPHAEP (MELO, 2005, p. 2).

Como mostra a citação acima do historiador Josemir Camilo de Melo, a luta pela preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico, ganhou mais efervescência no final da década de 1990, na “Rainha da Borborema”. Foi justamente por esse momento que se deu o tombamento do Cine-Teatro Capitólio. Mas, antes que esse reconhecimento de fato ocorresse, colocaremos nas páginas seguintes sinais desse trajeto. Não será deixado de fora o destino que a Prefeitura Municipal queria dar ao antigo cinema, já que, era onde queria alocar parte dos vendedores ambulantes, os camelôs, que vinham ocupando a parte central da cidade, e que montavam suas barracas nas calçadas das principais ruas do centro de Campina Grande, situação que deixava os proprietários das lojas insatisfeitos.

A prefeitura querendo derrubar o referido imóvel para nele alocar os camelôs, e do outro lado intelectuais, jornalistas e políticos (conforme mostram as fontes disponíveis) querendo impedir que isso fosse feito atribuindo ao antigo cinema valores que justificavam o seu tombamento. Usando como base sua arquitetura, os diversos eventos lá ocorridos, a influência que tais espetáculos causaram na sociedade local e o próprio contexto em que surgiu, alegaram tratar-se de um bem rodeado de valores que deveria ser reconhecido, tombado e preservado.

Através de observações feitas em um jornal de grande circulação na cidade, o Diário da Borborema, não foi possível ver reportagens em que devotasse ao Capitólio o ufanismo de outros momentos, mas, quando ele aparecia nas reportagens desse outro período e suas qualidades eram citadas, isso era feito rememorando seu surgimento: era o maior, foi o mais moderno. Nas proximidades do seu tombamento, quando esse jornal anunciava a programação que ali seria exibida, por várias vezes o nome da película não era posto no jornal, depois do nome da casa, sendo sempre ilustrado que seria “mais um pornô”, era o que aparecia.

“Sanha Imobiliária”, com esse título o historiador Josemir Camilo se refere ao projeto de reforma urbana que estava na pauta do então prefeito de Campina Grande da época, Cássio Cunha Lima. Tal projeto pretendia fazer a revitalização do centro da “Rainha da Borborema”.

Não é possível afirmar, objetivamente, qual a data precisa ou quais os reais motivos que levaram o executivo a querer pôr em prática o referido projeto. No entanto, numa reportagem do “Diário da Borborema”, datada do dia 24 de abril de 1999, encontramos as inquietações que há alguns anos já rodeavam alguns comerciantes da cidade. Os empresários que tinham seus comércios nas imediações da área central da cidade estavam temerosos com a inauguração de um shopping³ que estava prestes a acontecer, e estavam também descontentes com os trabalhadores informais (vendedores ambulantes ou camelôs) espalhados pelo centro da urbe. Segundo a reportagem, esses comerciantes teriam se encontrado no dia anterior (23/04/1999), onde o prefeito estaria presente e cujo momento serviu para a apresentação de um projeto que tinha por objetivo modificar o centro da cidade.

Temiam os lojistas que, com a inauguração do shopping, os clientes deixassem de frequentar os estabelecimentos comerciais do centro. Sobre os ambulantes, reivindicaram os lojistas que a prefeitura os retirassem, pois eles deixavam as ruas mais feias com suas barracas não padronizadas. Além disso, escondiam a fachada das lojas, o que impedia “os consumidores de terem uma melhor visão e se sintam atraídos a entrar e fazer compras”⁴.

³ Atualmente por nome de Partage foi inaugurado no final de abril de 1999 com o nome de Iguatemi.

⁴Reportagem do “Diário da Borborema” de 24 de abril de 1999

Sobre o projeto de urbanização, especificamente da parte que envolveu o centro da cidade, ele foi batizado pelo nome “Campina Déco”⁵. Conforme mostra reportagem do “Diário da Borborema” do dia 10 de fevereiro do ano 2000, ruas como a Maciel Pinheiro, Peregrino de Carvalho, entre outras seriam atingidas pelo projeto. Valorizar o comércio era um dos objetivos dessa reforma. Mas, além de mexer na parte física da cidade, parte dessa valorização consistia em tirar/expulsar/relocar os trabalhadores autônomos, os camelôs.

A situação desses trabalhadores já vinha sendo noticiada. Eles armavam suas barracas nas calçadas e isso dificultava a passagem dos pedestres, e eram também vítimas das reclamações dos donos de lojas que não se sentiam bem ao verem os ambulantes tomarem a frente dos seus referidos comércios. Logo, essa situação gerou um impasse: os lojistas reclamaram e pediram solução à prefeitura para retirá-los da área central, mas, é justamente nessa área onde esses camelôs podiam com mais tranquilidade, ganhar seus sustentos, coisa que não aconteceria se dali eles saíssem.

Um fórum batizado pelo nome de “Fórum Vergniaud Wanderley” ocorreu, e teve o intuito de encontrar soluções para esses trabalhadores. O presidente do “Sindicato dos Vendedores Pracistas e Ambulantes”, mesmo antes de qualquer solução, não queria nenhuma proposta que colocasse esses trabalhadores em vários lugares, inclusive lugares em que não pudessem vender seus produtos. No entanto, conforme foi possível perceber em reportagem do “Diário da Borborema” veiculada numa terça-feira, dia 23 de setembro de 1997, o dirigente do sindicato enfatizou ter consciência do problema e que estava de acordo com um projeto da prefeitura que visava “instalar todos os vendedores pracistas em um só local com toda infra-estrutura”, deixando claro que eles não queriam nada de graça, iriam pagar por toda locação.

Por volta de janeiro de 1998, os nomes de três locais foram citados. Para esses locais cogitava-se abrigar os camelôs. Trata-se do “Pira’s Bar”, que ficava na avenida Floriano Peixoto; o antigo prédio das organizações “São Braz”, que ficava na rua Semeão Leal e a área do posto “Futurama”, que ficava ao lado da praça Clementino Procópio, são imóveis que tem seus espaços no centro e que a prefeitura pretendia adquirir e destinar a esses ambulantes, conforme foi noticiado pelo “Diário da Borborema” em 15 de janeiro de 1998.

Mais de 800 ambulantes eram cadastrados no sindicato, e ainda haviam os não cadastrados. Entre uma pressão e outra por parte da prefeitura, alguns desses camelôs em determinado momento ganharam as ruas da cidade, em protesto, com a finalidade de atraírem

⁵ Para mais informações sobre o projeto Campina Déco, ler: CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. Para Além da Pedra e Cal: Discursos e Imagens de Campina Grande (1970 a 2000). EDUEPB. Campina Grande, 2017.

o olhar dos poderes constituídos para que, de alguma forma, os atendessem. Exemplo disso pode ser percebido em uma reportagem do dia 23 de julho de 1999, veiculada pelo “Diário da Borborema”, onde diz que “Passeata dos vendedores ambulantes terminou em pancadaria e fechamento de lojas”. A principal reivindicação foi que o sindicato só aceitaria a saída desses trabalhadores das calçadas se eles fossem concentrados em um só lugar.

Como dito, o projeto “Campina Déco”, pretendia revitalizar o centro da cidade. Incluso no mencionado projeto, estava construir espaços que pudessem alocar os ambulantes. “Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre” (Arcas), esse foi o nome dado aos locais que a prefeitura pretendia adquirir e destinar aos camelôs, cujo primeiro prédio adquirido, foi o Cine-Teatro Capitólio, antigo cinema instalado no centro da cidade. Mas, demolir e transformar esse imóvel numa dessas Arcas virou um problema, conforme o argumento dos que foram contrários a sua demolição, devido sua história, seus traços arquitetônicos e seu simbolismo, assim sendo, ele foi considerado um bem que não deveria ser danificado e sim preservado. Inclusive, cabe aqui lembrar que na década de 1980 os donos pretenderam demolir o mesmo, o que foi negado. Em um processo de número 166/99 assim mencionado:

Em 10 de julho de 1984, os membros do Conselho Consultivo, reuniram-se, sob a presidência de Linduarte Noronha de Oliveira, para discutir o requerimento de pedido feito pela Exibidora de Filmes LTDA. Na ocasião, o pedido foi negado, alegando-se ser o imóvel cadastrado; não podendo o mesmo ser demolido.

Essa tentativa de demolição, no final da década de 1990, entrará na pauta do IPHAEP mais uma vez. No mesmo documento em que se encontra a citação acima, observa-se que:

Em 1999, quinze anos depois, novamente coloca-se o assunto na pauta da reunião do CONPEC – CONSELHO DELIBERATIVO do IPHAEP, desta feita, o pedido de demolição, partiu da Prefeitura de Campina Grande, atual proprietária do imóvel, que pensa em construir, em lugar do antigo Capitólio – CINE-TEATRO, um camelódromo.

Para garantir que este imóvel não fosse demolido, cientistas e estudantes, juntos com outras instituições da sociedade civil, uniram forças, seja atuando direta ou indiretamente, em favor do tombamento e preservação deste antigo cinema da cidade de Campina Grande. Informações sobre a compra do Capitólio e sobre a atuação dos que eram contra a sua demolição, com frequência, eram noticiadas.

Conforme está informado em um ofício de número 083/99, de 17 de novembro de 1999 no qual entidades fazem requerimento pelo tombamento do prédio, o antigo cinema foi adquirido por 600.000,00 (seiscentos mil reais) e ali se pretendia fazer um “camelódromo” após sua demolição. Conforme foi possível observar, apenas uma parede ficaria de pé, caso os trâmites das ações do projeto de urbanização fossem acontecer pois, segundo informou reportagem do Diário da Borborema em 6 de fevereiro de 1999 “o prefeito Cássio Cunha Lima recomendou a preservação da parede que fica ao lado da praça Clementino Procópio”.

Na imprensa, relatos como esse acima citado davam o tom do que poderia acontecer com aquele símbolo da história campinense. A atuação dos que não concordavam com sua demolição também teve espaço nas páginas dos jornais. Em 5 de janeiro de 1999, o Diário da Borborema informa sobre uma iniciativa tomada pelo Departamento de História e Geografia da UFPB – Campus II (hoje, UFCG) que criou o projeto “Cinema: um olhar sobre a história”, que tinha como uma de suas finalidades a recuperação e preservação da história e da memória do cinema em Campina Grande. Na época, os coordenadores do mencionado projeto eram os historiadores Luciano Mendonça de Lima e José Benjamim Montenegro e também contavam com a participação de alguns alunos. Acerca desse projeto, em 8 de julho de 1999, o historiador Luciano Mendonça diz: “como integrante de uma geração que cultuava o hábito de ir ao cinema considero que este projeto vem a ter grande importância num momento em que a memória do cinema em Campina Grande corre sérios riscos” (Diário da Borborema, 08/07/1999).

Em outra “manchete”, veiculada pelo mesmo jornal no dia 5 de maio de 1999, encontramos a atuação da Curadoria do Patrimônio Público que, através do promotor Eulâmpio Duarte, ingressou com uma ação civil pública solicitando liminar à 2º Vara de Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande, onde pedia a suspensão da demolição da antiga casa de espetáculos. Argumentou o curador que o prédio estava cadastrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), por isso, conforme a lei, deveria ser preservado. Vinte dias depois, a justiça decidiu favoravelmente ao pedido da curadoria. Refletindo sobre a situação da cidade, em 30 de abril de 1999, no Jornal da Paraíba, preocupado com a possível destruição do patrimônio, o historiador Josemir Camilo de maneira objetiva diz que “Campina Grande tem isso, insensibilidade de suas elites para o lado histórico e cultural”.

“Ato contra a Demolição do Capitólio”. Com esse título, o Diário da Borborema mostra sinais de que houve atuação, na forma de protesto, com intenção também de evitar a destruição do antigo cinema. Esse ocorrido foi anunciado no dia 25 de setembro de 1999, e

informa que os manifestantes fizeram uso de poesias, filmes, panfletagens e músicas com intuito de esclarecer as pessoas sobre o valor do referido imóvel, usando faixa com os dizeres “CAPITÓLIO, Campina precisa de você”, os envolvidos no movimento queriam que o prédio fosse transformado em um espaço cultural.

Embora o Cine-teatro Capitólio já estivesse cadastrado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) desde 1978, cerca de vinte anos depois este órgão ainda não havia tomado decisões no sentido de tombá-lo. Por exemplo, em reportagem do dia 30 de setembro de 1999, o Diário da Borborema noticia a informação dizendo que o IPHAEP ainda não teria apresentado parecer sobre o tombamento ou a liberação para demolição do prédio. Não decidindo o IPHAEP, contra a liminar da Curadoria do Patrimônio, a Prefeitura Municipal também recorreu à justiça.

Enquanto a decisão do IPHAEP não era tomada, em outras instituições o Capitólio estava na pauta. Por exemplo, na Câmara Municipal de Campina Grande uma reunião foi feita e tinha o intuito de falar sobre o fechamento da referida casa de espetáculo. Isso é o que está explicitado em um convite, datado do dia 29 de abril de 1999, feito pela mesa diretora da Câmara de Vereadores, destinado ao IPHAEP. A proposta partiu da vereadora Cozete Barbosa que, junto com outros políticos, conforme foi noticiado pelo Diário da Borborema em 14 de março de 2000, foram favoráveis a preservação desse patrimônio histórico, o Capitólio. De acordo com a reportagem: “alguns parlamentares também entraram na defensiva do Capitólio, a exemplo dos vereadores Cozete Barbosa (PT), Veneziano Vital do Rego (PDT), e os deputados Ricardo Coutinho e Avenzoar Arruda (PT)”.

Os que defendiam a preservação do cinema, também tiveram espaço para expor essa defesa em outros jornais. O Jornal da Paraíba e o jornal A União, por exemplo, nos mostram sinais dessa atuação pelo tombamento desse antigo cinema, simbolicamente importante para a cidade. Inclusive, foi o jornal A União que informou sobre uma das reuniões ocorridas na Câmara Municipal de Campina Grande, momento em que estiveram presentes as universidades, entidades classistas e o representante da prefeitura, único a falar favorável a destruição desse patrimônio. Nessa mesma reportagem, o cientista Luciano Mendonça de Lima mencionou aquela que seria a referência para o mundo quando se trata de preservação e patrimônio, a Carta de Veneza. Disse ele: “a este respeito, gostaríamos de lembrar a ‘Carta de Veneza’, documento ainda hoje válido para qualquer discussão séria sobre preservação e patrimônio no Brasil e no mundo”⁶.

⁶ Reportagem do Jornal A União de 26/05/1999.

Mas, enquanto estes acontecimentos trilhavam seu percurso, a Prefeitura Municipal recorreu contra aquela liminar proferida a pedido da Curadoria do Patrimônio contra a demolição do simbólico Cine-Teatro Capitólio. A justiça, conforme foi noticiado, decidiu favorável à prefeitura. Antônio do Amaral, juiz titular da 2º Vara da Fazenda Pública, revogou a medida liminar que havia impedido a prefeitura de demolir o prédio. O principal argumento alegado, foi a não apresentação, por parte da Curadoria do Patrimônio, de uma ação considerada como sendo a principal no prazo que havia sido estabelecida. Segundo foi noticiado, esse argumento foi colocado na sentença que diz:

[...] a falta de ajuizamento da ação principal no prazo de trinta (30) dias, cessa a eficácia da medida preventiva. Isto posto, nos termos do art. 808, I, do CPC (Código de Processo Civil), revogo a liminar concedida às fls. 51/53 e julgo extinta a Ação sub judice, para que surta os seus efeitos legais⁷.

Sobre essa decisão, uma coisa deve ser esclarecida: a liminar concedida a pedido da Curadoria do Patrimônio Público ocorreu no mês de maio de 1999 e esse órgão deveria em 30 dias ter apresentado outra ação, mencionada na citação acima como principal, algo não feito. Por isso que a prefeitura conseguiu obter a revogação. É provável que esta revogação tenha ocorrido entre junho de 1999 e o início de fevereiro dos anos 2000, digo isso por não dispor de sinais que possam explicar o porque do Diário da Borborema trazer a referida informação nesta data. Mesmo depois do tombamento do imóvel, em fevereiro de 2000, a prefeitura teria começado a fazer algumas intervenções no prédio e o mesmo juiz, foi o responsável pela decisão que impediu tal ato. Conforme diz o enunciado: “o juiz titular da 2º vara da Fazenda, Antônio do Amaral, voltou a impedir a demolição do cine Capitólio ou qualquer intervenção na estrutura física do prédio”.⁸

Posto isso, percebe-se que os principais argumentos pelo tombamento elencam que, essa casa de espetáculos, durante o percurso de existência, causou novos significados à sociedade local e proporcionou novos sentidos através das diversas atrações e manifestações que ali foram expostas à percepção do público. Soma-se a isso o fato de ser um considerável símbolo de modernidade e com estilo arquitetônico aos moldes da Art Déco. Ou seja, a opulência de sua estrutura arquitetônica, além de integrar com os principais eventos da cidade, fez do Cine Capitólio um lugar de esplendor frequentado pela sociedade campinense.

A foto abaixo nos dá uma noção disso:

⁷Documento publicado na Reportagem do Jornal Diário da Borborema de 12/02/2000.

⁸Reportagem do Jornal Diário da Borborema de 09/03/2000.

FIGURA 3



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande.⁹

Observando o Capitólio nessa fotografia, é possível refletir/compreender e entender o ar de esplendor com que ele foi apresentado pelos jornais dá época de sua chegada na cidade. Somado ao leque de eventos que nesta casa foi apresentado, estão artistas do nível de Dalva de Oliveira e Cauby Peixoto, o que reforça que o antigo cinema se constituiu como um espaço emblemático, resgatado pelos campinenses como um lugar de memória. Com o entendimento de resguardar essa memória que o historiador Luciano Mendonça afirmou: “por isso continuaremos lutando na esperança de conseguirmos o tombamento do ex-cine”¹⁰.

O contexto histórico em que surgiu na cidade, quando o sentimento de modernidade borbulhava nas mentalidades da sociedade local, somado com as características arquitetônicas da moda em voga, a Art Déco, que por mais de seis décadas, sendo parte e contribuindo para a história dos campinenses, foi levado em conta pelo IPHAEP e fez com que seu tombamento fosse realizado.

Foi munido de um corolário de conhecimento sobre o Capitólio que, no final da década de 1990, se manifestaram, direta e indiretamente, propícios ao tombamento dessa antiga casa de espetáculos estudantes, entidades, além do jornalista e escritor Daniel Victor, historiadores como Antônio Clarindo, Luciano Mendonça de Lima; Déa Cruz entre outros, conforme está registrado no parecer sobre o pedido de tombamento da Associação dos Docentes da UFPB, datado do dia 28 de janeiro de 2000.

Um documento do IPHAEP, “PROCESSO IPHAEP N/ 0166/99”, de 3 de fevereiro de 2000, traz a informação de que o Conselho Deliberativo do IPHAEP (CONPEC) aprovou por

⁹A respeito da datação da imagem fotográfica exposta acima, em diálogo com a historiadora Luíra Freire foi possível ter uma noção aproximada do ano em que a foto foi registrada. Freire observa que o prédio que se pode observar lá no fundo trata-se da igreja do Rosário que começou a ser demolida em 1940, diante dessa informação é possível afirmar que foi entre os anos de 1934 e 1940 que tal registro foi feito.

¹⁰ Reportagem do Jornal da Paraíba de 27/10/1999.

unanimidade o tombamento. Essa decisão foi homologada pelo então governador do estado José Targino Maranhão, através do Decreto nº 20. 905 em 11 de fevereiro de 2000.

4 - VINTE ANOS APÓS O TOMBAMENTO: COMO ESTÁ O CAPITÓLIO?

Há muito que o Centro Histórico de Campina Grande tem seus elementos mutilados pela voracidade do crescimento e do progresso que vem engolindo casarões, palacetes, prédios e monumentos. Recentemente, temos percebido uma severidade neste processo e um alcance de depredação sem limites. O Centro Histórico vem sendo profanado, mexido, mutilado, rasgando páginas do passado da cidade, desfigurando memórias e pondo fim a lugares e dispositivos de memória [...] (OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 68).

O arqueólogo Juvandi de Souza Santos e o historiador Thomas Bruno Oliveira, em trabalho sobre o Centro Histórico da cidade de Campina Grande, chegaram a constatação de que a memória histórica da cidade está sendo destruída. A citação acima, fruto da pesquisa feita por esses dois cientistas nos mostra isso. Sobre o tema desse trabalho, após terem feito uma visita pelo centro da urbe, observaram que “o Cine Capitólio (prédio que foi tombado em 12 de fevereiro de 2000) só possui as quatro paredes externas” (2010, p. 70).

Cabe lembrar aqui que, o tombamento não significou a paralisação do interesse em fazer uso por parte do município daquele imóvel. A justiça, em alguns momentos, foi acionada. Hora se posicionando favorável à prefeitura, hora se posicionado contra. Situação que vem acontecendo há anos.

Sobre a condição dessas quatro paredes, foi possível encontrar sinais que indicassem a sua piora. Por exemplo, um jornal local, o JPB 1º Edição, em reportagem no dia 18 de abril de 2013, noticiou que a Promotoria do Meio Ambiente havia solicitado a Defesa Civil do município que fizesse uma vistoria no antigo cinema. Após feita a vistoria, este órgão relatou que, o que resta do antigo imóvel, corre risco de desabar. Este mesmo jornal televisivo, no dia 27 de abril, já traz a informação onde diz que a Defesa Civil de Campina Grande, por determinação do Ministério Público, interdita a calçada lateral da antiga casa de espetáculo, o Cine-Teatro Capitólio. Uma coisa que desperta curiosidade, justamente nesse mesmo mês, foi que a secretária de cultura na época, Marlene Alves, havia dado uma entrevista para esse mesmo jornal falando sobre o “Capitólio das Artes”, um “novo” projeto que a prefeitura iria apresentar ao IPHAEP destinado ao Capitólio que, estava prestes, como foi mostrado, a ser condenado pela Defesa Civil. Por causa dessa situação, o próprio órgão municipal pede que sua demolição seja feita. Abaixo, funcionários no momento da vistoria:

FIGURA 4



Fonte: G1 Paraíba

A Câmara Municipal de Campina Grande, em sua página na internet, em alguns momentos, também faz referência ao cinema. Nesse perfil, com intuito de comunicar a sociedade sobre alguns assuntos que são abordados naquela casa pelos vereadores, mesmo de maneira sucinta, é feita a divulgação. No tocante ao Capitólio, por exemplo, no dia 22 de junho de 2014, lá foi exposto que o vereador Saulo Germano havia elogiado seu colega, Pimentel Filho, por ter apresentado um requerimento onde, talvez preocupado com o prédio, pretendia convocar as “entidades ligadas ao patrimônio público” com a finalidade de tratar “dos escombros do prédio do antigo Cine Capitólio”.

Em outro momento, a Câmara informa sobre uma visita que alguns vereadores fizeram ao antigo cinema. Nessa visita, estiveram presentes, além do responsável pela iniciativa, Antônio Pimentel, Metuselá Agra, Saulo Germano, Aldo Cabral e Alexandre Regis, ambos vereadores. O presidente do IPHAEP na época, Anibal Moura Neto; Fabiano Melo e Geraldo Magela, presidente do Instituto de Arquitetura Brasil/PB e presidente do CREA, respectivamente; o então secretário de Obras, André Agra e o de Planejamento, Marcio Caniello; Antônio Luiz Cabral e José Mariz, secretário de cultura e procurador do município respectivamente; e a Defesa Civil junto com o corpo de bombeiros. O objetivo da visita teria sido obter alguma iniciativa que visasse resolver o “problema do prédio”. No momento da visita, o secretário de Obras à época, André Agra aproveitou a oportunidade para afirmar que a prefeitura tinha um projeto de revitalização para o local. De acordo com o informativo feito pela Câmara, a administração da época tinha como meta “resolver o impasse criado desde que o prédio foi tombado”. Já o diretor do IPHAEP, Aníbal Moura, se posicionou favorável com uma reforma “sem que perca a essência cultural e histórica”, tendo em vista que o mesmo compõe o Patrimônio Cultural da cidade.

No ano de 2015, em 16 de abril, o portal de notícias “G1 PARAÍBA” noticia uma reunião que ocorrera na cidade cuja finalidade era definir um projeto cultural para o referido cinema. De um lado, a Prefeitura Municipal apresentou três propostas, do outro lado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba a quem caberia analisar o que foi apresentado. Nesse mesmo ano, mais especificamente no dia 10 de junho, a página da Câmara divulgou dois informes. Um diz que aquela casa teria sido favorável a um projeto da Prefeitura para “concessão de bem público, do local onde funcionou o antigo Cine Capitólio”; o outro, trata-se de uma insatisfação por parte dos vereadores que teriam se posicionado contrário ao referido projeto. Alegam os reclamantes que, o referido projeto, teria entrado na Câmara no dia “3 de junho de 2015 e já foi votado com urgência na terça-feira, 9 de junho de 2015”, sem que tivesse havido um amplo debate sobre o tema. Em 14 de setembro de 2017, quem acessou a página da Câmara na internet, pôde perceber um informe onde se exigia medidas para a revitalização da antiga casa de espetáculo. Nesse caso, um dos vereadores havia proposto ao IPHAEP um “relatório sobre a situação do antigo Cine Capitólio, especificando quais as condições para a revitalização do espaço”.

O impasse continuou, mais uma vez, em 10 de maio de 2018, o “G1 PARAÍBA” destaca que “Novo projeto para o Cine Capitólio é apresentado e prefeitura chega à acordo com IPHAEP, em Campina Grande”. Parecia que, ao menos a partir daquele momento, algo iria ser feito no imóvel. Informou esse mesmo veículo, que “após mais de uma década acabou o impasse” entre a prefeitura e o órgão responsável pelo tombamento após a apresentação de mais um “novo” projeto. No mesmo ano, no dia 31 de julho, esse mesmo jornal noticia que o IPHAEP, mais uma vez, indeferiu o “novo” projeto apresentado pela prefeitura e que à justiça iria recorrer.

Caso o Cine Capitólio tivesse sofrido a revitalização no governo do prefeito Romero Rodrigues, o nome dado aquele local seria, conforme foi possível observar, “Centro Comercial e Cultural Cine Capitólio”. Observa-se isso, tendo como referência o Projeto de Lei nº 123 de 2018. O referido Projeto buscou homenagear o conhecido humorista Shaolin (Francisco Josenilton Veloso) que faleceu no ano de 2016. Conforme se observa no primeiro parágrafo do projeto:

Prestamos esta justa e sincera homenagem denominando de ‘Francisco Josenilton Veloso (Shaolin) o Centro Comercial e Cultural Cine Capitólio. O prédio do antigo Cine Capitólio a ser reformado pelo Governo do prefeito Romero Rodrigues é um grande empreendimento

que trará inúmeros benefícios para Campina Grande, e nada mais justo do que homenagear a memória de um grande paraibano.¹¹

Embora a prefeitura alegasse que tinha um projeto para o local, nada foi feito até a presente escrita desse trabalho. O IPHAEP tem se posicionado contra tal projeto do município, alegando que ele modifica as características desse bem e o direciona para significado disforme do que ele representa. Diante disso, como foi possível perceber, a justiça era o que se tinha para também dar uma resposta a esse impasse. Foi o que foi visto pelos campinenses no dia 29 de maio de 2019, onde a mesma 3ª Vara da Fazenda Pública decidiu autorizar a prefeitura a executar o serviço de revitalização no Capitólio, conforme mostra o “G1 PARAÍBA” que traz um trecho da decisão judicial, onde o juiz diz:

[...] portanto, a pretensão exordial de que a edilidade ré Prefeitura de Campina Grande apresente um projeto de revitalização que atenda a totalidade das desarrazoadas exigências técnicas impostas pelo IPHAEP – PB, esbarra nos princípios constitucionais da legalidade, quando exige do ente público municipal a apresentação de projeto que observe minuciosamente regulamentações técnicas/burocráticas que extrapolaram o poder de regulamentação¹².

Em conversa por e-mail, o historiador Josemir Camilo informou que vem “acompanhando a filosofia do IPHAEP desde o tempo dos tombamentos coletivos” que se deu no início dos anos 2000, e acredita que caso o projeto seja aprovado pela prefeitura “a memória afetiva será desvanecida”. O historiador afirma que, na gestão do prefeito Veneziano, houve um projeto onde pudesse “recuperar a antiga sala de cinema, mas com outra função: servir de cinema educativo, por exemplo, para que as escolas da rede municipal pudessem levar educação e arte às crianças”. Além disso, que o espaço também servisse como cine de arte e que o auditório oferecesse outras funções culturais. Nesse sentido, Camilo diz que, na gestão do prefeito Veneziano Vital, um projeto foi aprovado, mas nunca saiu do papel. E sobre não ter havido preservação, ele analisou que:

o fato de ter permanecido sem preservação foi devido também à polêmica entre o governo do estado, que tombou o bem na gestão Maranhão, e a prefeitura, em gestões de prefeitos da ala do prefeito da época do tombamento, Cássio Cunha Lima, quando todo esse tempo o bem permaneceu ‘sub judice’.¹³

¹¹ Texto encontrado no Projeto de Lei Nº 123 de 2018

¹² Reportagem do G1 Paraíba do dia 29 de maio de 2019.

¹³ Entrevista feita com o historiador Josemir Camilo em maio de 2020.

Abaixo podemos observar como ficaria o Capitólio, caso tivesse sofrido alterações por meio do projeto da prefeitura:

FIGURA 5



Fonte: <https://www.camaracg.pb.gov.br>

Sub judice, como bem analisou o historiador Josemir Camilo, a prefeitura Municipal de Campina Grande, há vinte anos, quando adquiriu este imóvel, pretendia demoli-lo, porém, o IPHAEP reconhecendo a importância e o significado do Capitólio para o povo e para a história campinense, tombou o prédio. Após esse tombamento, o impasse entre a prefeitura, querendo fazer uso do imóvel e o IPHAEP impedindo essa intervenção no referido bem por considerar que ele teria suas características modificadas, fez com que a justiça fosse acionada várias vezes. Isso condiz com o que foi dito por Josemir Camilo: durante um considerável período de tempo, qualquer possível intervenção/restauração/modificação/demolição naquele bem dependeu da morosa decisão judicial. Essa situação, nos anos pós tombamento, tinha a seguinte “rotina”: a prefeitura apresentava um projeto, o IPHAEP indeferia, a prefeitura acionava a justiça que, quando decidia em favor da prefeitura, o IPHAEP recorria e quando a justiça decidia contrário à prefeitura, essa também recorria. E assim vem até o momento.

A polêmica entre o governador da época, José Maranhão com os adeptos dos Cunha Lima, iniciou por volta, do final dos anos 1990, quando houve um conflito envolvendo José Maranhão e Ronaldo Cunha Lima. Situação que se tornou pior quando, em comemoração ao seu aniversário o à época senador, Ronaldo Cunha Lima, fez um discurso agressivo contra Maranhão. Nesse período, ambos eram membros do mesmo partido, o PMDB. O atrito entre eles repercutiu não apenas entre os outros membros do partido espalhados pela Paraíba, mas também por outras camadas da sociedade e era tema frequente na imprensa. O historiador José Octávio de Arruda Mello (2010), sobre essa situação, analisou que:

O final do ano de 1999 revelou fenômeno típico da Paraíba. Graças à pujança do PMDB e singularidades do agrupamento partidário por este liderado, a clivagem entre ronaldistas e

maranhistas não se limitou ao interior do partido – irradiou-se pela sociedade inteira (MELLO, 2010, p. 254).

Em seguida continua sua análise observando que:

Nesse sentido, ronaldistas e maranhistas passaram a disputar espaços na imprensa, empresariado, intelectualidade, segmentos artísticos e universidades, além de organismos de caráter administrativo, técnico e cultural. O centro de gravidade dessa situação localiza(va)-se no PMDB[...] (MELLO, 2010, p. 254).

É possível que essa confusão entre esses dois líderes políticos, de certa maneira, tenha oferecido, em algum grau, empecilhos à preservação do referido bem patrimonial. O fato é que, qualquer um que circular pelas proximidades do antigo Cine-Teatro Capitólio e lhe dirigi o olhar observará em seu entorno a presença de vendedores ambulantes. Perceberá também que, desde a época do seu fechamento e do seu tombamento, nenhum uso foi feito daquele imóvel. A única conclusão que se terá é a de que, depois de muito impasse, o que resta são escombros. Seu entorno está interditado e quanto mais o tempo passa, pior fica. As imagens abaixo nos dão uma noção de como está este imóvel:

FIGURA 06



FIGURA07



Fonte: Arquivo pessoal(18/05/2020)

Observa-se que nada foi feito pela preservação desse patrimônio. Quatro paredes é o que resta dele. Dessa forma, sofre prejuízo à memória campinense, a cultura, a arquitetura, a educação e principalmente a história. Pois, é bem verdade que aquele antigo cinema é considerado parte importante da história de Campina Grande.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O local coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social” (BOURDIN, 2001, p. 36).

Campina Grande, por volta do início do século XX, se viu envolvida com a área de modernidade pujante nesse período. Por esse contexto, a cidade também se encontrava sob um forte crescimento econômico que, por consequência, propiciou a urbe um considerável desenvolvimento, provocando grandes transformações na cidade e nos seus habitantes. O comércio algodoeiro contribuiu grandemente com esse progresso da “Rainha da Borborema”.

A modernidade e seus símbolos fizeram morada na cidade, atravessaram sua estrutura seu povo e sua percepção. E o Capitólio foi um desses elementos modernos que, de 1934 até 1999, esteve em funcionamento.

O Cine-Teatro Capitólio, durante as seis décadas e meia em que esteve em funcionamento, participou e influenciou a história da cidade. Constata-se essa observação, trafegando pela história local, e isso foi possível ser feito com esse trabalho. Essa antiga casa de espetáculo influenciou nos hábitos e comportamentos de parte das pessoas que lá frequentaram, conforme analisou o historiador Antônio Clarindo.

Palco de grandes eventos, políticos, artísticos, social e musical. O Cine-Teatro Capitólio, foi um espaço de socialização para os campinenses, além de ter em sua arquitetura, traços do que se conhece como Art Déco que, também por volta do início do século XX, se espalhou pela cidade e desenhou suas edificações.

Através da escrita dessa síntese histórica sobre o Capitólio, foi possível mostrar sua influência, importância e significado para a história de Campina Grande e seu povo. Devido a isso, em fevereiro de 2000, intelectuais, entidades, políticos entre outros conseguiram o seu tombamento perante o IPHAEP. O que significa que o antigo cinema é um patrimônio de valor histórico, cultural e arquitetônico simbolicamente reconhecido para a cidade e seu povo.

O simbólico bem não foi preservado. A não importância, com esse bem, por parte de grande parte da sociedade local não estimula o interesse dos governantes a preservarem. A falta de interesse político somado com as desavenças entre seus membros colocaram qualquer tipo de atuação no Capitólio à mercê de demoradas decisões judiciais, o que contribuiu para piorar a existência de quem já estava agonizando. As consequências disso é o prejuízo para a educação, para a memória e para a história campinense.

FONTES

Fontes primárias:

A Batalha – 24/10/1934 e 13/02/1935.

A. E. C. JORNAL – 30/10/1941.

A UNIÃO – 26/05/1999.

Diário da Borborema – de 1997 à 2000.

Evolução-Jornal – 19/08 e 17/11/1934.

EVOLUÇÃO – 05/04/1959.

Gazeta Campinense – 19/03/1961.

Jornal de Campina – 31/08/1952.

Jornal do Cinema – 20/04 e 15/06/1974.

Jornal da Paraíba – 27/10/1999.

O Comércio – 27/11/1935.

O Globo – 04/08/1952.

SABADO – O jornal que faltava – 19/05, 22/05 e 26/09/1987.

VITRINE – 01/01/1938.

Voz da Borborema – 31/07, 20/10 e 23/10/1937.

JPB 1º Edição – 18/04/2013, 27/04/2013, 06/08/2014.

camaracg.pb.gov.br – 22/07/2014, 06/08/2014, 10/06/2015, 04/09/2017. (acesso realizado entre março e maio de 2020).

cgretalhos.blogspot.com – 03/2020.

g1.globo.com/PB – 18/04/2013, 16/04/2015, 10/05/2018, 31/07/2018, 29/05/2019. (acesso realizado entre fevereiro e maio de 2020).

PL n° 123/2018 – Câmara Municipal de Campina Grande.

Processo n° 166/99 – IPHAEP.

Despacho/processo n° 001.99011791-1 da 2° Vara da Fazenda Pública Comarca de Campina Grande.

LIMA, José Augusto de. Cine-teatro Capitólio.Fotografia 6, 2020.

LIMA, José Augusto de. Cine-Teatro Capitólio.Fotografia 7, 2020.

Entrevista concedida ao pelo historiador Josemir Camilo de Melo em abril de 2020.

Fontes Secundárias:

CAVALCANTE, Patrícia Daniely Marques. **Práticas Urbanas dos Trabalhadores de Rua do Capitólio (Campina Grande-PB): uma análise dos contrausos como direito à cidade.**

2014. 78 p.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** – 1º volume, 1993.

ROMA, Emanuel Barros. **Cinema Ainda é a Maior e mais Barata Diversão: uma leitura geossimbólica dos cinemas de campina Grande-PB.** / Emanuel Barros Roma. – 2011. 96 f.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. A Cinematografização do Cotidiano em Campina Grande (1945-1965). In. **Imagens que Seduzem: cinemas e sensibilidades na Paraíba (1910-1970).** Antonio Clarindo Barbosa de Souza e Rivaldo Amador de Sousa (orgs.). Pará de Minas, MG: Virtual Books Editora, 2016. 182 p.

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos Goles: a produção de uma sensibilidade moderna em campina Grande – 1904-1935.** – Campina Grande, EDUFCG, 2010. 218 p.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local.** Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**/Peter Burke; tradução Nilo Odalia. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CABRAL FILHO, Severino. **A Cidade Revelada: Campina Grande em imagens.** – Campina Grande, UFCG, 2009. 204 p.

CAVALCANTE, Silêde Leila Oliveira. Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: passagem da Campina patriarcal a campina burguesa. AMORIM, Léa. Recortes da Modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição do patrimônio histórico. In. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande.** Eliete de Queiroz Gurjão (org.). 2000.

CHUVA, Márcia. **O Ofício do Historiador: sobre ética e patrimônio cultural.** In. Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica do IPHAN/coordenação geral de pesquisa, documentação e referência. – Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008, 148 p.

FERRO, Marc. **História e Cinema.** Tradução Flávia Nascimento. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** – 5. ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

MELO, Josemir Camilo. **Cidadania, Patrimônio e Turismo: a preservação do patrimônio histórico de Campina Grande.** XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH – João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, Thomas Bruno. SANTOS, Juvandi de Souza. **Centro Histórico de Campina Grande: a cartografia de uma destruição**. Revista Tarairiú, v. 1, p. 64-73, 2010.

PLIVEIRA, Almir Félix Batista. **O IPHAEP e a Produção do Patrimônio Cultural Paraibano**. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 30.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **O Historiador e Suas Fontes**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanesi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e Suas Fontes**. – 1. ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, José Carlos. **O Desafio Historiográfico**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REIS, Daniel. **Fabricando a “Alma da Cidade” e a História da Nação: embates e instabilidades nos processos de patrimonialização**. 2014

SILVA, Josinaldo Gomes da. Cidade, Cultura e Fontes: um percurso pela historiografia do interior paraibano. In. **Epistemologia, Historiografia & Linguagens**/Gervácio Batista Aranha, Elton John da Silva Farias (orgs.). – Campina Grande: EDUFCEG, 2013. 327 p.

TARGINO, ItapuanBotto. **Patrimônio Histórico da Paraíba-2000-2002**. – João Pessoa: Idéia, 2003. 302 p.